

# Diálogos Urbanos: Diálogo Amazonas

Participantes:  
Hector Sousa  
Carla Lessa  
Fernando Soave  
Josinaldo Aleixo

## [Trilha]

**Hector Sousa:** Bem-vindo e bem-vinda ao podcast meio-fio. Seu podcast sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável. O projeto traDUS está tratando do tema Cidade Democrática, Participativa e Educadora, e claro que o tema também chegou aqui no Meio-fio. Sabemos que o diálogo é fundamental para a construção dessa cidade democrática e com participação ativa e efetiva da população. É dentro desse pensamento que o quadro Diálogos Urbanos trouxe a reconhecida experiência chamada Diálogo Amazonas. Essa experiência reúne justamente essas três dimensões: a participação, o espaço democrático de pactuação e tomada de decisões e a educação na perspectiva do aprendizado pela troca de experiências e de conhecimento. O diálogo do Amazonas é um esforço para a promoção da regularização fundiária de comunidades tradicionais no estado do Amazonas, trazemos essa experiência por acreditar que ela tem muito a nos ensinar. Eu sou Hector Sousa e conversei com três pessoas que participaram ativamente desse processo. Carla Lessa, servidora do ICMBio.

**Carla Lessa:** Oi pessoal, eu sou a Carla Lessa. Eu sou servidora pública do ICMBio, trabalhei durante muitos anos na na área fundiária do ICMBio, coordenei alguns setores lá e pude, né? Tive o privilégio de representar a instituição e acompanhar o projeto diálogo Amazonas por 2012, mais apoiando a coordenadora, e depois até 2019, já no final, na função de representante do setor fundiário do ICMBio, nesse projeto que pra mim é simplesmente revolucionário com relação a Regularização Fundiária na Amazônia.

**Hector Sousa:** Fernando Soave, Procurador do Ministério Público Federal.

**Fernando Soave:** Olá pessoal, tudo bem? Eu atuo no Diálogo Amazonas desde 2014, apesar do Diálogo ter começado um pouco antes, peguei o bonde andando, né? Pelo

Ministério Público Federal, uma experiência muito interessante, ainda em andamento. Um pouco com suas travas e tudo mais, mas que também inspirou outras experiências, até depois posso partilhar com vocês.

**Hector Sousa:** E Josinaldo Aleixo, ou como ele prefere ser chamado, Josi. Integrante do IEB.

**Josi:** Oi, meu nome é Josinaldo Aleixo, só me chamam de Josi. Eu sou de uma instituição chamada IEB (Instituto de Educação do Brasil), que é uma das entidades fundadoras do Fórum Diálogo Amazonas Regularização Fundiária Urgente.

### [Trilha]

**Hector Sousa:** Antes da gente começar a conversa, é bom deixar um aviso que ouviremos muitas siglas durante este episódio, então em caso de alguma dúvida, iremos deixar uma lista do que significam essas siglas aqui na descrição do episódio. para você consultar quando quiser.

*CDRU - Concessão de Direito Real de Uso*

*FUNAI - Fundação Nacional do Índio*

*ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*

*IEB - Instituto de Educação do Brasil*

*INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*

*MMA - Ministério do Meio Ambiente*

*MPF - Ministério Público Federal*

*SPU - Secretaria do Patrimônio da União*

### [Trilha]

**Hector Sousa:** Em 2012 foi criado o “Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária urgente”, com o objetivo de promover a regularização fundiária de Comunidades Tradicionais no estado do Amazonas. Essa regularização envolve um processo complexo, além da própria questão da terra, que por si só é um nó em nosso país, de onde surgem disputas e conflitos, que muitas vezes custam a segurança e a vida das pessoas envolvidas, esse é um processo que tecnicamente envolve muitas pessoas e instituições. Só para a gente ter uma ideia, além das próprias comunidades, que defendem seu modo tradicional de vida totalmente dependente do território, existem também instituições que prestam apoio para essas Comunidades, como é o caso da Pastoral da Terra e do Instituto

de Educação do Brasil, existem também instituições particulares, que muitas vezes possuem títulos de terra em áreas que serão regularizadas para as famílias e, para acrescentar mais tempero nesse caldo, temos também os órgãos públicos federais e estaduais, responsáveis pela gestão de terras e pela execução de políticas públicas voltadas, tanto para Comunidades Tradicionais, quanto para as políticas ambientais. São vários órgãos e entidades envolvidos para chegar ao objetivo de regularizar as famílias. No nosso caso concreto do Fórum Diálogo Amazonas, quem fala melhor sobre isso, e que está no Diálogo desde o início, é o Josi.

**Josi:** A ideia da fundação do Diálogo Amazonas, a coisa de uns dez anos atrás foi a seguinte, foi a constatação de que a regularização fundiária que é a grande demanda de povos de comunidades tradicionais e de povos indígenas na Amazônia, ela não tinha dado um passo por inação dos órgãos fundiários federais, no caso o ICMBio, a Secretaria do Patrimônio da União também, é órgão fundiário federal, também o INCRA. Aí o Diálogo Amazonas, ele foi uma inspiração do IEB, foi uma inspiração do Conselho Nacional das Populações Tradicionais, o CNS né? Que então se chamava Conselho Nacional dos Seringueiros, e depois a gente foi agregando nesse mutirão a Comissão Pastoral da Terra. Então, a gente tinha essas organizações da sociedade civil, entendeu? Que, em interação com os técnicos que trabalham em Unidade de Conservação, que tem também a responsabilidade de fazer a regularização fundiária, surgiu a ideia da gente fazer um fórum, um fórum mediado pelo Ministério Público Federal, aonde o Ministério Público Federal pudesse responsabilizar os órgãos fundiários pela regularização fundiária. O cálculo político do IEB era de que eles não faziam regularização fundiária por falta de vontade política de fazer, e o movimento social, ele já tinha feito dezenas de fóruns, reuniões, seminários, conversas com os órgãos fundiários pra fazer a regularização fundiária e simplesmente a coisa, a efetividade, era zero.

**Carla Lessa:** Falando um pouco da experiência de quem tá no órgão público, né? No órgão público que tem a obrigação de fazer a regularização fundiária. Então, assim, a gente tinha esse grupo de populações cuja categoria de Unidades de Conservação foi criado para elas, então do ponto de vista social, eles são prioritários, porque eles estão em insegurança fundiária, são pessoas que vivem naquele território a dezenas ou até mais de dezenas, centenas de anos e não tem essa situação fundiária regularizada. Então não bastava criar Unidade de Conservação. Então pra muitos gestores que vieram antes da gente, achava que não, criou a Unidade de Conservação está resolvido, né? E na verdade a gente tem todo um passo de indenizar a propriedade ou transferir a terra pública e isso depende do quê? Depende da inter-relação entre órgãos e também com a comunidade. Então, o Diálogo Amazonas, ele foi revolucionário nesse sentido que ele colocou todo

mundo sentadinho numa mesa, em vez de ser ofício pra lá, ofício pra cá, em reuniões mensais. Então, você tinha a demanda e a mobilização social porque os comunitários demandavam, né? Quais são suas áreas prioritárias e tal, e você tinha uma melhor articulação entre os órgãos, né? Dentro do que eu sempre acreditei, que é a pedagogia da presença, em vez de ser ofício pra lá, ofício pra cá, a base do Diálogo Amazonas pra mim é a pedagogia da presença. É você olhar no olho do colega do Incra, do colega da FUNAI, do colega do estado, do Ministério Público e da comunidade e falar esse assunto aqui, como a gente vai resolver junto? E não só discutindo como, mas colocando metas e prazos que a gente voltava pros nossos setores, aos nossos órgãos, cobrando dos gestores que estão acima da gente a resolução do problema uma vez que a gente tava ali com compromisso, com aquelas pessoas que a gente olhou nos olhos. Então isso pra mim foi realmente inovador e revolucionário.

**Hector Sousa:** A gente sabe que o processo de construção da democracia brasileira se deu a partir da pressão e reivindicação da população. E que a partir daí uma série de instâncias participativas foram criadas para a construção das mais diversas políticas públicas, seja Saúde, Educação, Assistência Social, Moradia etc. A participação pressupõe responsáveis pela gestão, lideranças e agentes dos territórios para uma “mesa de discussão”. O Diálogo Amazonas reuniu representantes de instituições públicas de diferentes níveis, responsáveis por garantir que essa política acontecesse, e a sociedade civil para conversar, em especial, populações extrativistas e ribeirinhas do Amazonas.

**Josi:** Como é que foi essa experiência dessa grande diversidade? Foi uma experiência muito rica. Entendeu? Agora, por parte do movimento social, estava lá o movimento extrativista..., o movimento indígena ele não participou de uma maneira mais proativa no começo, está entendendo? Porque eles entendiam que as reivindicações deles, de regularização fundiária, elas tinham a sua especificidade e que isso era tratado diretamente com eles lá junto a FUNAI, entendeu? Agora, com os órgãos públicos foi muito interessante, porque o nosso cálculo político, também, quando a gente fundou o diálogo Amazonas era essa, era botar no fórum mediado pelo Ministério Público os órgãos fundiários e eles tinham que esclarecer pra população, pra os representantes comunitários, pras lideranças e pra o Ministério Público como é que eles vão fazer a regulação fundiária. A nossa tônica sempre foi a ampla participação das lideranças dos territórios envolvidos no processo de regularização fundiária, o que a gente encara também como processo educativo, além de um processo político, claro. A gente tirou como bandeira no começo do diálogo fazer a regularização fundiária das Unidades de Conservação federais e estaduais no primeiro momento. Então a gente focou, a gente fez aquilo que muitos outros fóruns, pra debater a questão fundiária, de cadeia produtiva, etc,

fizeram no passado e que foi fatal pra elas. A gente procurou contornar esse problema, que é você ter um fórum muito amplo em termos de participação, e você ter um fórum amplo em termos temáticos. Entendeu? Então a gente, com o Ministério Público, construiu essa agenda. Primeiro vamos fazer a regularização fundiária das Unidades de Conservação federais e estaduais. Então, daí coisa de um ano e meio, dois anos, saiu a primeira leva de CDRU, está entendendo? Pras unidades de conservação federais, agora em março desse ano saiu uma segunda leva. Quer dizer, a gente levou ali tipo, três anos, aí depois esperou mais sete pra poder sair outra leva de CDRU, que é o documento que garante os territórios tradicionais pra essa população.

**Fernando Soave:** Veja, a participação contínua inclusive, né? Todos, todas, entes civis, públicos, órgãos públicos, ele permite deixar muito claro quais são os problemas. Inclusive quando não se participa também fica claro, porque é aquela história do ausente nunca tem razão né? Então, a gente buscando esse diálogo você ia verificando, olha o que pra gente não é tão comum no MPF identificar, ainda mais no cenário complexo como é que a questão fundiária, glebas federais, glebas estaduais e assim vai, né? Quem é que tá enrolando? Quem é que não quer cumprir a lei? E não ficava tão claro né? Quando se coloca tudo no diálogo, e também vai tendo uma... um maior conhecimento, aproximação dos servidores, né? Porque tem essa outra realidade, às vezes a gente fala do órgão da entidade e uma coisa às vezes é um ministro, né? Ou é o secretário, outra coisa é o servidor que está tão interessado em fazer cumprir ali quanto o fiscal até o próprio ribeirinho, extrativista né? Então você vai ficando isso muito claro. E isso vai afinando, né? Inclusive a própria... onde o MPF, por exemplo, tem que atuar, né? Nesse tempo todo, pra se ter uma noção, a gente nunca entrou com uma ação judicial, por mais que ficasse mais de anos dialogando, né? Porque a gente entendia que era o melhor caminho, então colocar todos juntos e ter essa participação ou até pelo menos ter o convite e a ausência de participação, mostra muita coisa. Mostra quem quem tá disponível, quem tem interesse ou quem tem dificuldade técnica, quem tem dificuldade pessoal ou quem não tem interesse nenhum de fazer a agenda andar.

**Carla Lessa:** Perfeito Fernando. No caso específico do ICMBio né? Do Instituto Chico Mendes. O Chico Mendes é responsável por grande parte do território no estado do Amazonas porque as Unidades de Conservação federais, eu não tenho o número aqui, aí eu posso depois te passar, mas assim as Unidades de Conservação federais, elas são de grande extensão no estado do Amazonas. E grande parte dessas Unidades de Conservação são domínio público com presença de população tradicionais. Então os ICMBio, ele era responsável por esse território, é responsável por esse território, e tem a obrigação de fazer essa regularização fundiária. Só que é uma obrigação que o ICMBio

não realiza sozinho. Então assim, para que a gente consiga dar a Concessão de Direito Real de Uso, a CCDRU, para aquelas associações, para aquelas comunidades, a gente precisa contactar os órgãos que são detentores daquela terra, porque basicamente a gente tem área pública, né, no território da Amazônia, então, assim, se é uma área de várzea a gente precisa contatar a SPU que vai ter que levantar, que vai ter que mapear, se são glebas públicas federais, a gente tem que analisar se aquela gleba tá em nome de qual ente, às vezes tá no nome do INCRA, enfim, né? Ou se aquela área tem uma sobreposição e um conflito com uma terra indígena, que é comum também. Então, como é que a gente vai sentar pra discutir com a FUNAI? Então existem, vamos dizer assim, existe um arcabouço normativo, mas a prática, ela é complexa, é dentro do que o Fernando falou. Então assim, dentro das inúmeras demandas do órgão, e a gente sabe o número restrito que a gente tem de servidores, no dia a dia a gente acaba se perdendo nas demandas. Então assim, o fórum, ele foi muito importante pra que a gente realmente concentrasse e aprendesse junto a focar e entender o papel de cada um naquele processo pra que as coisas acontecessem de forma eficaz, né? Como a gente depois trouxe resultados incríveis de um grande número de unidades, né? Recebendo a concessão de direito real de uso.

**Hector Sousa:** Eu avisei que nós ouviremos várias siglas durante este episódio, e uma delas, a CDRU, é bem importante para o objetivo do Diálogo Amazonas. Para que nós entendamos melhor o contexto do Fórum, pedi para o Fernando explicar o que isso significa.

**Fernando Soave:** A Concessão de Direito Real de Uso, ela é uma forma de regularização fundiária de locais públicos, né? Espaços públicos, terras públicas. Mas esses rios são espaços públicos, geralmente brutais, né? E tudo mais. Então não teria como você fazer um Usucapião, ou dar um título fundiário, porque não dá, né? Privada, uma propriedade privada. Mas você pode conceder o direito de uso desse espaço. Ou seja, ele não pode vender, comprar e vender, mas ele tem o direito de uso, ainda mais no nosso caso de populações tradicionais, tudo mais. E essa concessão de uso ela pode ser individual, ou seja, marca-se ali o lotezinho onde a pessoa usa, né? É muito comum quando faz mutirões da SPU e tal. Ou não, ele pode ser de forma coletiva, né? Que pega todo território de uso tradicional, no caso do Diálogo Amazonas se trabalhou muito com essa questão de direito de uso coletiva dentro de Unidades de Conservação. Ou seja, apesar de ter a Unidade de Conservação ela não é uma garantia de regularização fundiária para aquelas comunidades. Eles estão lá, mas assim, soltos, vamos dizer, só tem lá a Unidade de Conservação, mas eles não têm a garantia da posse, né, do uso daquele local. Então, o CDRU garante esse uso e o mais benéfico, né, como ele é coletivo, ele não garante só o

uso da casa, mas também do local de pesca, local de caça, todos os seus locais de usos tradicionais são inclusos ou devem ser inclusos dentro desse CDRU coletivo. E tem uma novidade, vou aproveitar essa... antes que eu esqueça, em geral a CDRU de uso coletivos eles eram expedidos, já foi uma construção e tudo mais, dentro de unidades de conservação, mas no Amazonas a gente conseguiu essa novidade esse ano por meio do colega procurador Daniel Viegas, né? Da participação, do apoio, enfim, que o Governo do Estado expediu a CDRU de uso coletivo em área que não tem nenhuma Unidade de Conservação, então em princípio era uma área do estado ali no Rio Manicoré, né? Inclusive em uma área muito complicada, que tem uma pressão de desmatamento no sul do Amazonas, e ainda numa área sem Unidade de Conservação, sem uma destinação fundiária, né? Era só uma gleba do estado. Isso é uma grande novidade positiva que pode também se multiplicar em outros estados do Brasil.

**Hector Sousa:** o Fernando falou sobre o procurador Daniel Viegas, e o Josi pediu para deixar um recado sobre a sua importância para o Diálogo Amazonas.

**Josi:** Procuradoria Geral do estado, na pessoa do doutor Daniel Viegas foi fundamental. Por quê? Porque foi ele que coordenou, junto com o Ministério Público. Está certo? A construção das CDRUs pra dentro do governo. Por quê? Porque a gente tinha um problema, a gente tinha Unidade de Conservação Federais em cima de glebas estaduais. Então o governo estadual do Amazonas, ele não poderia ficar fora dessa discussão da regularização fundiária. Então, várias negociações foram feitas, entendeu? Na publicação do Diálogo Amazonas tem coisas sobre isso, né? Então vamos construir junto a CDRU, e vai ser a CDRU que vai garantir o direito fundiário das populações tradicionais de unidades de conservação estadual e estão em cima de unidade de conservação federal e estão em cima de terras estaduais. Então, o ser federal, CDRU concedida pelo governo do estado, mas isso envolveu muitas negociações pra dentro das procuradorias dos órgãos, pra dentro das direções dos órgãos, tanto federais como estaduais. Então, o doutor Daniel Viegas, a boa vontade da procuradoria geral do estado, está entendendo? De construir uma CDRU por tempo indeterminado, em nome da Associação Mãe da Unidade de Conservação. Isso tudo foi pactuado com a Procuradoria do Estado.

### [Trilha]

**Hector Sousa:** Como já dito neste episódio, o Fórum Diálogo Amazonas foi criado em 2012, já são 10 anos desde a sua elaboração. O Fórum foi perpassado por crises políticas, mudanças de governo, e recentemente uma pandemia. Além de todo o histórico que a gente conversou até aqui, é importante também saber a atual situação do projeto.

**Josi:** Então, a nossa dinâmica sempre foi essa, de seis em seis meses, depois o dinheiro encurtou, a gente começou a fazer de ano em ano, mas a gente quer retomar essa dinâmica de fazer de seis em seis meses, está certo? Ele parou antes da pandemia, quer dizer quando começou a pandemia ele parou. A gente ainda tentou fazer algumas reuniões virtuais mas não conseguimos, porque houve uma desarticulação mesmo, afinal de contas é pandemia, né amigo? Então, é absolutamente justificável, então, nós vamos retomar o Diálogo Amazonas. Já estamos retomando, em dezembro do ano passado nós fizemos uma plenária regional lá em Tefé, no ano que vem nós vamos fazer, agora queríamos fazer em dezembro, mas nós vamos fazer em janeiro outra plenária regional em Tefé e no começo do ano que vem a gente comemorando os dez anos de Diálogo Amazonas com o evento e a gente vai começar, logo em janeiro, a discutir entre nós, sociedade civil e com os órgãos, com a Procuradoria Geral do Estado, que é uma um parceiro muito importante, com o Ministério Público, as organizações do movimento social da sociedade civil como é que a gente retoma o fórum diálogo Amazonas.

**Carla Lessa:** Eu fiquei até 2019, né? Já tava começando a ter muitos entraves, né? Do ponto de vista, de todos os órgãos de modo geral. Já tava tendo muitas dificuldades, né? Por conta de mudanças na gestão dos órgãos, enfim, é algo que a gente precisa avaliar, né? Como fortalecer esses espaços, independente de grandes mudanças de gestão e de mudanças políticas. A gente não pode fazer com que demandas relacionadas a políticas públicas fiquem à mercê de governos, né? E a gente precisa deixar essas coisas muito mais fortalecidas e talvez muito mais empoderadas pela sociedade pra que a gente não não sofra tanto baque com relação a mudanças de gestão políticas, né?

**Fernando:** Ele está dormente. Mas a gente tem, assim, por diversos aspectos, né? Porque para as lideranças virem a cada seis meses, eram necessários apoios também do projeto das entidades parceiras, né? Tem um custo alto. Ah, o poder público eventualmente também nos davam algum tipo de apoio, aí com as mudanças todas de cenário e tudo mais, a própria pandemia, enfim, ela atrapalhou muito tudo isso. Ficou muito paralisado. Chegou um momento também que o órgão fundiário do Amazonas, ele começou a apresentar muitas travas, ficou muito desgastante o Diálogo. E aí veio a pandemia, separou tudo, eu acho que foi um complexo de fatores, mas a gente vem dialogando pra buscar a retomada né? Pela sua importância, mas não está morto. Tanto que ele é acompanhado por um procedimento do MPF aqui no Amazonas que está em aberto né? Só está assim... não está acontecendo as reuniões com frequência e tudo mais, mas o intuito é retomá-lo, esperamos aí que o ano que vem.



**Hector Sousa:** Este episódio está chegando ao fim, mas desejamos que o mesmo não aconteça com o Diálogo Amazonas. Muito pelo contrário, que ele retome sua força e continue inspirando outros projetos que reforcem o diálogo entre a população, os entes populares e órgãos públicos em prol do bem comum. Mas antes de encerrar, não podíamos deixar de fazer a pergunta que sempre finaliza o Diálogos Urbanos. Pensando em uma cidade democrática, participativa e educadora, qual a sua cidade ideal para o futuro?

**Carla Lessa:** Eu acho que ao falar em cidades, em comunidades, em toda toda nossa convivência social, eu acho que a base disso tudo não tem jeito gente, é educação. E eu acho que o Brasil é um país que sempre deixou pra segundo plano discutir educação da sociedade. Não falo só da educação formal, da educação escolar. Eu falo da educação da sociedade, né? O Diálogo ele com certeza ele foi, né? E aí, colocando o exemplo do Diálogo, um processo educacional. Pra mim, Carla, como servidora pública, aprendi muito a melhor dialogar com as outras instituições a entender que a minha instituição tem alguns avanços, vamos dizer assim, do ponto de vista até tecnológico organizacional, que uma outra instituição não tem, e vice-versa. Então, eu aprendi a entender as limitações e não só criticando “ai meu Deus do céu, INCRA não avança”, “ai o SPU bota dificuldade!”, né? E também entender um pouco da dificuldade de entendimento que o Fernando já colocou isso aqui de termos técnicos com relação às comunidades. Então, como a gente faz um processo formativo educacional a quem deve ser destinada a política pública e a quem cabe a obrigação de executar a política pública, que a gente possa melhor comunicar, pra que a gente consiga realmente fazer uma sociedade onde a gente tenha menos desigualdade social, melhor distribuição de renda, melhor equilíbrio econômico, enfim. Então, tudo isso passa por um processo educativo. E eu acho que o que eu vivi dentro do Diálogo Amazonas, pra mim pessoalmente, foi um processo educativo e eu acho que são questões que a gente precisa levar pra discutir realmente junto com os órgãos eh que criam as políticas no país, né? Educação pra além da educação formal.

**Fernando Soave:** Eu acredito muito nas pequenas iniciativas também, né? De pequenos pilotos, nas iniciativas, pensando agora na pergunta sobre essa questão da cidade, né? Cidades sustentáveis, cidades dialogadas, coisas que parecem ínfimas, que não teriam diferença nenhuma, mas o simples fato de vizinhos sentarem na frente das calçadas, como faziam e discutirem os problemas do seu bairro, né? É uma medida extremamente eficaz de segurança pública, né? Quando todo mundo sentava lá na frente da sua calçada, você não tinha, claro, era só um gritar pega ladrão, outro já tava pegando ali, né? Brincando assim, foi e você vê isso em alguns bairros e às vezes os bairros tidos como mais violentos, é onde tem mais uma vivência noturna é uma coisa até interessante, né?

Porque às vezes ali é essa questão desse diálogo, essa retomada desse diálogo, dessa vivência, das dinâmicas de vizinhança, trazer a natureza de volta pra cidade, né? Eu sou muito adepto da questão da agroecologia, das hortas urbanas comunitárias, por exemplo, o Recife já tem uma certa referência, né? Numa política de agroecologia ou se tem políticas também em outros locais, Maringá e Sul de São Paulo, que vão despontando sobre isso, são cidades sustentáveis, resilientes e acredito também nesses pequenos espaços de participação e decisão. Eu tenho muita dificuldade em ver potencial de melhoras em grandes cidades. Porque fica tudo muito disperso. Parece que as decisões estão muito longe. Então, aquelas questões de dividir subprefeituras, participação local, orçamento participativo, eu acho que são esses mecanismos que devem gerar uma melhor participação na cidade, não só como centro urbano, mas também no campo, floresta, águas, enfim, mais ou menos essa a leitura que eu vejo como uma cidade melhor, mais inclusiva, com as suas ciclofaixas e outros mecanismos aí de participação do espaço público.

**Josi:** Uma cidade justa, democrática, ela é impossível no capitalismo. A forma como as nossas cidades são conformadas, são formatadas, elas são intrinsecamente excludentes, então você vê na periferia tá o pessoal de baixa renda, menos escolaridade, menos poder aquisitivo, salário mais baixo. E nas centrais, que são melhores e servidas de infraestrutura urbana, você tem a população mais abastada, classe média, burguesia essa coisa toda. Infelizmente eu gostaria de ser um pouco mais otimista, né? No sentido de que é possível, mas eu acho... no capitalismo é impossível, porque ele é sempre esse esquema de alocação diferencial injusta da renda produzida na cidade. Então, o grosso da classe trabalhadora que produz a renda urbana. Cidade democrática é com participação e com mobilização, com muita informação. É assim que se constrói. Logo, é um processo que nunca vai estar, “ah, nós vamos ter uma cidade democrática”. Não, é um processo de disputa pela cidade, a luta pela cidade, é o direito à cidade, é isso que está em jogo. A gente aqui na Amazônia, quando a gente fala o direito à terra, isso mesmo o direito à terra e a territórios, territórios onde essas populações habitam. Então assim, o básico, tem que ter ampla participação e por parte do menos empoderado, que é a sociedade civil, né? Que são os movimentos sociais, então tem que ter muita informação, tem que ter um processo denso de formação de lideranças pra que a coisa possa caminhar mesmo em direção à cidade mais justa, mais sustentável, e amigo, é Reforma Agrária, né? Reforma Urbana é colocado, mas é preciso retomar a discussão da Reforma Agrária, da desconcentração fundiária porque é com isso que a gente lida. É com isso que lida o Diálogo Amazonas, né?

**Hector Sousa:** Quero agradecer imensamente à Carla, ao Fernando e ao Josi pela disponibilidade e suas falas nesse episódio. Quero agradecer a você, querido e querida ouvinte, que nos acompanhou até aqui. Espero que tenha gostado deste episódio. Você pode acompanhar o podcast meio-fio pelo seu agregador de podcast favorito, e também pode seguir o traDUS no instagram em @projetotradus, com s de sustentável. Abraços, cuidem-se, cuidem das nossas cidades, e até o próximo.

**[Trilha]**